

## ARQUITECTURA VERNÁCULA DE ADOBE EM PORTUGAL ESTRATÉGIAS PARA A SUA CONSERVAÇÃO FUTURA

**Maria Fernandes**

CEAUCP – Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto  
Instituto de Arqueologia, Palácio de Sub-Ripas 3000-305 Coimbra, Portugal  
Tel: (+351) 239 851603, Fax (+351) 239 851609  
E-mail: maria.aleixo@sapo.pt

**Tema 2:** Património e Conservação

**Palavras-chave:** Adobe, habitação, conservação e tipologia.

### **Resumo:**

A arquitectura de adobe em Portugal caracteriza-se pela enorme variedade tipológica e soluções construtivas, muito adaptadas aos sítios e aos materiais disponíveis. Esta arquitectura, pese embora a sua qualidade é pouco conhecida e incorrectamente avaliada, terminando muitas vezes destruída e substituída por arquitectura contemporânea incaracterística. A habitação em adobe portuguesa, produto das influências culturais que marcaram o território português ao longo do tempo e da sua história é ainda hoje, ligada às difíceis condições de vida do passado, à pobreza e à miséria. No entanto, os exemplos arquitectónicos dos séculos XIX/XX demonstram exactamente o contrário, as habitações em adobe foram durante muitos anos uma arquitectura burguesa, de inegável qualidade, muitas vezes fruto de uma ascensão social, de enriquecimento económico e sobretudo influenciada, em determinado momento, por modelos arquitectónicos importados e relatados com a emigração. Na verdade o que se sucedeu em Portugal durante cerca de 150 anos foi o uso do mesmo material, o adobe, quer nas situações de construção urbana quer rural, em habitações ditas humildes e burguesas. Estes dois modos de viver em adobe, o rústico e o burguês, contém grandes diferenças em termos de qualidade construtiva. O burguês é muito decorado e extremamente protegido enquanto o camponês, mais modesto, com pouca protecção apresenta na maioria das vezes as alvenarias completamente expostas. Estas diferenças marcaram para sempre o estigma da habitação pobre em adobe, muito mais visível que a arquitectura em adobe burguesa, decorada e oculta sob outros materiais.

### **1. A ARQUITECTURA VERNÁCULA E O ADOBE**

A arquitectura vernácula em Portugal conheceu várias designações: arquitectura rural, arquitectura tradicional e arquitectura popular. Estas denominações, patentes em diversos trabalhos de investigação e inquéritos de campo durante o século XX, foram o resultado, dos diferentes objectivos que moveram os levantamentos de então, designadamente:

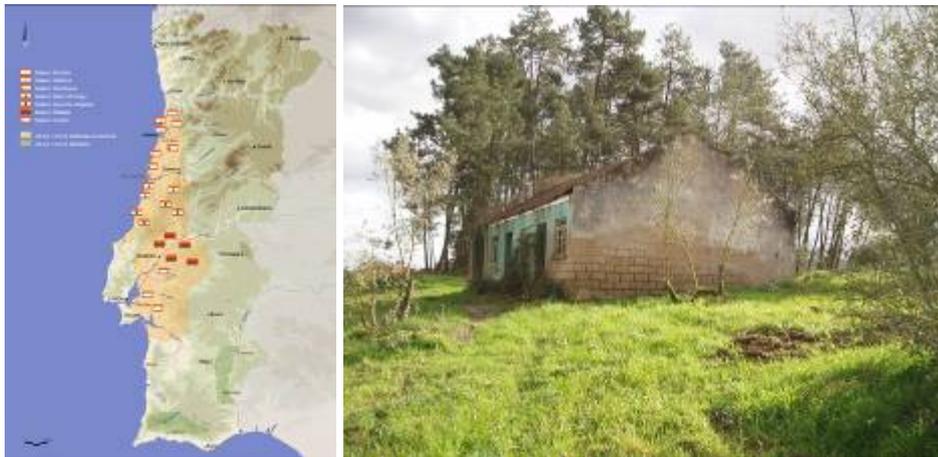
- o económico e social, arquitectura rural, da responsabilidade dos agrónomos (AAVV, 1947, p.11) ;
- o antropológico e construtivo, arquitectura tradicional, elaborado pelos etnógrafos (Galhano e Oliveira, 1994, p.13) ;
- o espacial e territorial, arquitectura popular, executado pelos arquitectos (AAP, 1988, p.4-5) .

Todos estes levantamentos incidiram sobre a arquitectura vernácula, ou construída pelo povo e em todos eles, a arquitectura de adobe foi referida. Os resultados destes inquéritos, que decorreram no território continental entre os anos 30 e 60 do século XX, pintaram claramente a realidade de então. Portugal era um país fechado e rural onde a arquitectura em estreita dependência dos materiais locais se adaptava e se fundia com as actividades agrícolas, piscatórias, religiosas, comerciais e do quotidiano em geral.

Desde então o país alterou-se muitíssimo. Hoje esse Portugal rural já não existe. O êxodo da população rural que se iniciou nos anos 40, a emigração que aumentou drasticamente a partir dos anos 60, a urbanização e a industrialização das cidades a partir dos anos 60 e 70 e finalmente a entrada de Portugal na União Europeia em 1986

foram entre outros, os motivos que levaram ao abandono da arquitectura vernácula em Portugal.

Recentemente, a participação num trabalho de âmbito Europeu (1) possibilitou a actualização desta arquitectura esquecida. Nesse trabalho onde participaram diversos países do mediterrâneo foi possível encontrar inúmeras habitações em adobe que tinham passado despercebidas aos agrónomos, aos etnógrafos e aos arquitectos na década anterior. Percorrer o território nacional à procura de tipos arquitectónicos que à data do inquérito à “arquitectura popular em Portugal” estavam perfeitamente em uso foi um exercício deveras fascinante e por vezes frustrante, já que foi difícil reencontrar alguns. O actual território nacional, outrora pobre e rural, hoje desorganizado e abandonado, contém apesar de tudo, exemplos de habitações em adobe que resistiram às alterações da sociedade portuguesa.



Figs.1 e 2 – Mapa com a distribuição territorial de alguns tipos arquitectónicos de adobe em Portugal. Exemplo de casa do baixo Mondego em Louriçal (Pombal)  
(Créditos: Maria Fernandes, 2008)

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX construíram-se em Portugal habitações em adobe, de uma forma variada, diversificada, e regional em zonas onde a água era um recurso abundante. As características dos solos disponíveis não parecem ter sido peremptórias para não se construir em adobe, mas pelo contrário a falta de água foi decisiva. Observa-se facilmente no território, a alteração de técnicas de adobe por taipa quando a água passou a ser parca numa determinada região ou de taipa por adobe quando a água passou a ser abundante. São exemplos desse fenómeno as casas em taipa do Ribatejo e Alentejo interiores onde a água é um bem escasso, e os exemplos nas mesmas regiões em adobe nas imediações das barragens do Maranhão ou de Montargil. Na região de Aveiro, junto ao rio Vouga onde a água é um recurso abundante, a produção de adobes fez-se a partir de terras extremamente argilosas como as da Pateira e terras muito arenosas, como as da Piedade ou Travessó. O uso de vegetal para estabilizar as terras argilosas e o uso de ligantes como a cal, para as arenosas, foram as soluções encontradas para superar as deficiências dos solos existentes nos lugares mencionados. Em Portugal esta permanência da construção em adobe resultou num vasto património habitacional, de extrema qualidade que, apesar de tudo, tem ainda hoje, lugar no habitat em território português.

## 2. ARQUITECTURA VERNÁCULA E POPULAR

Segundo Paul Oliver arquitectura vernácula é por definição, aquela que é construída pelo povo, enquanto a arquitectura dita popular é por oposição a que é construída para

o povo (Oliver, 2003, p.94-95). Esta última destina-se a ser usado por ele mas foi concebida, construída e desenhada por outros, numa interpretação do que se pensava ser “a vida do povo”. Entre as habitações de arquitectura popular, que se construíram no território português, sobretudo entre os anos 30 a 50 do século XX, sobressaem os bairros para a população mais desfavorecida, promovidos pelas Misericórdias, pelo Governo e pela iniciativa privada.

A maioria destes bairros destinavam-se ao alojamento das camadas sociais mais baixas da população e conheceram uma certa implementação nas sedes de concelho e nos aglomerados rurais, quando o fenómeno demográfico do êxodo rural começou a ter maior expressão. As habitações populares eram desenhadas, tinham projecto, e foram planificadas e construídas com modelos arquitectónicos aplicados de norte a sul de Portugal, variando apenas os materiais de construção. A maioria surgiu em bairros de inspiração “cidade jardim”, inicialmente em áreas peri-urbanas sob a designação de “bairro dos pobres” ou “bairro dos pescadores”. Actualmente este conjuntos encontram-se em áreas privilegiadas e apetecíveis das cidades.



Fig.3 e 4 – Arquitectura popular, casas em adobe nos bairros da Misericórdia e Alboim em Aveiro (Créditos: Maria Fernandes, 2009)

Para além da designada arquitectura popular de promoção, o século XX foi fértil na construção de habitações vernáculas. Esta arquitectura, não tinha projecto mas regras específicas, quer construtivas quer espaciais e que respondiam perfeitamente às solicitações do quotidiano das comunidades. É por isso uma arquitectura intrinsecamente ligada ao sítio, ao lugar à região e à população que as habita, sem possibilidade de cópia mas apenas de variantes sobre o mesmo tema ou tipo.

Quando Hassan Fathy, nos anos quarenta do século XX, preconizou e aplicou o retorno à construção em adobe na cidade de Nova Gourná no Egipto (Fathy, 1996, p.28), em Portugal construía-se com esse material por iniciativa comunitária, institucional e governamental. Durante a primeira metade do século XX, o adobe era um material de construção corrente, e o seu uso em continuidade histórica fazia-se sem retorno nem redescoberta pelo passado.

Regressando ao tema da arquitectura vernácula *versus* popular, referia ainda um terceiro conceito, o de arquitectura tradicional. Por arquitectura tradicional entenda-se uma arquitectura que tem características quer da vernácula quer da popular. Pode-se considerar uma arquitectura de síntese das anteriores e existente nas regiões onde a construção tradicional era permanente. Para a arquitectura de adobe portuguesa, destacaria um tipo que está na fronteira do vernáculo - popular e que pode ser de facto incluído no grupo da arquitectura tradicional: a casa-corredor em adobe. O exemplo mencionado não tem sítio, *genius loci* (2), pode surgir em qualquer lugar onde a prática da construção com adobe era frequente. A casa corredor corresponde a uma habitação, extremamente disseminada no território, onde os compartimentos se desenvolvem de forma mais ou menos simétrica a partir de um corredor central, que

perfaz de eixo longitudinal de distribuição interna. Este esquema, não exclusivo do adobe é usual noutras arquitecturas em pedra e tijolo e corresponde às habitações de um piso, de planta muito semelhante à dos bairros habitacionais de arquitectura popular. As diferenças residem no tratamento das fachadas e por vezes do exterior. As fachadas, colhem muitas vezes influências na arquitectura vernácula. Exemplos desse crédito são as casa-corredor em adobe nas regiões da Estremadura Setentrional e Beira Litoral, onde a fachada pública continua a ser muito decorada, por oposição e as existentes no vale do rio Tejo, essa diferenciação é atenuada, sem tratamento preferencial, chegando mesmo a desaparecer por completo.

### 3. DEGRADAÇÃO E DESTRUIÇÃO



Fig.5 – Casa parcialmente destruída em Corticeiros de Cima (Cantanhede-Coimbra), (Créditos: Maria Fernandes, 2006)

Um dos motivos que levam à destruição sistemática da arquitectura vernácula de adobe em Portugal é a ideia errada, de que se trata de uma arquitectura pobre e para pobres. Esse motivo é ainda agravado por razões culturais que se prendem com a intensa renovação arquitectónica de algumas regiões como a Beira Litoral, devido sobretudo ao retorno dos emigrantes que investem em primeiro lugar na construção de uma habitação, símbolo do sucesso enquanto trabalhadores no estrangeiro. Na região da Beira Litoral e da Estremadura Setentrional este preconceito é ainda exacerbado pelas características de povoamento e urbana. Os lotes para construção são usualmente estreitos e profundos com acesso às infra-estruturas apenas a partir da rua da frente, facto que não possibilita a permanência da casa original originalmente implantada na frente de rua. A construção da nova habitação leva muitas vezes ao sacrifício da casa vernácula, porque não existe o espaço para as duas.

Em termos de síntese poderíamos então resumir as causas de destruição em quatro grupos fundamentais:

- culturais (rejeição da arquitectura e factores de emigração);
- uso (acesso a infra-estruturas e falta das mesmas na casa inicial);
- económicos (casas rurais quando a agricultura praticamente desapareceu),
- desconhecimento (das qualidades arquitectónicas das habitações vernáculas e das suas potencialidades enquanto habitação assim como dos procedimentos relativos à sua reabilitação).

Quanto à arquitectura popular os motivos que levam à sua destruição e sobretudo à sua descaracterização são outros. Os bairros mencionados são identificáveis pelo seu valor urbano, de conjunto, onde uma simples habitação não é importante quando desgarrada das restantes que constituem o quarteirão. Esta diferença é clara quando comparada com a arquitectura vernácula cujo valor arquitectónico, individual é o mais

significativo. No grupo da arquitectura popular o problema reside essencialmente nos planos de ordenamento e nos licenciamentos municipais, que permitem as alterações individuais sem respeito pelo conjunto homogéneo do bairro. Nestes casos é frequente que a habitação seja encarada como um imóvel isolado, que pode ser ampliado e transformado, mesmo que as alterações descaracterizem por completo uma parte dum conjunto, e por efeito todo o grupo de habitações.

As transformações mais frequentes nas arquitecturas de adobe são sem dúvida, as de ordem formal patentes nos volumes, nos vãos, nas texturas e nos revestimentos. Outras modificações são também importantes como a ruína, parcial ou total do existente, assim como, as transformações de ordem funcional, referentes à compartimentação e à estrutura (Nourrisier *et al.*, 2001, p.109-112).

Do ponto de vista das transformações na arquitectura em adobe, pode-se afirmar, que embora existam arquitecturas distintas, vernácula, popular e tradicional, com origens e valores diferentes, os efeitos das alterações no construído são semelhantes.

#### **4. ESTRATÉGIA E CONSERVAÇÃO**

Globalmente pode-se afirmar que as alterações e destruições estão maioritariamente associadas a causas humanas, por acção directa do homem no construído. No entanto, muitas dessas modificações ocorrem por tentativas sucessivas de minimizar os efeitos físicos da degradação. No domínio das patologias existentes em construções de adobe são sobretudo as avaliações incorrectas da causa-efeito e da anomalia-reparação, que explicam muitas das deficiências encontradas.

O objectivo fundamental da conservação de um edifício em adobe reside sobretudo na preservação da sua função estrutural no entanto, todas as acções de consolidação devem também satisfazer as funções de uso e estética. As intervenções devem por isso ser: viáveis economicamente, duráveis, eficazes, explícitas e devem respeitar os valores históricos sem diminuir a autenticidade do imóvel (Warren, 2001, p.11).

No que se refere à origem das anomalias mais frequentes destacam-se dois tipos:

- as de ordem intrínseca, directamente relacionadas com factores internos à construção, como a matéria-prima grosseira, a execução defeituosa de materiais, até mesmo a incorrecta construção;
- as de ordem extrínseca, directamente arroladas com factores externos como o clima, agentes naturais, acção humana ou animal em síntese causas exteriores à construção (Prieto, 2008, p.59-65).

As patologias de ordem extrínseca podem ainda ser reunidas em dois grupos coincidentes com as maiores fragilidades das construções em terra:

- humidade (Contreras *et al.*, 2006, p.54-55) ;
- estrutural (Guillaud *et al.*, 1989, p.244-245).

As patologias provocadas pela capilaridade, condensação e infiltração de água (humidade) assim como a presença de fendas, assentamentos diferenciados de fundações e derrocadas parciais de paredes (estrutural), quase sempre presentes nas construções em adobe, resultam da fraca resistência da terra em presença de água ou quando sob acção de cargas excessivas e esforços mecânicos.

Sem qualquer sintoma de alteração ou modificação devido a causa humana, uma pequena infiltração de água numa construção em adobe, se não for devidamente minimizada, poderá derivar em patologia grave de humidade com consequências ao nível estrutural.

A arquitectura de adobe e as construções de terra em geral, para além das fragilidades apontadas, apresentam ainda graves problemas estéticos, quando sob acção de patologias de humidade e estrutural, a saber:

- deformação da estrutura com diminuição acentuada e diferenciada de volumes;
- perda de coesão generalizada do material.

As deformações sempre presentes na construção e directamente relacionadas com a perda diferenciada de volume ocorrem em geral devido à dissolução dos componentes finos da terra em presença da água. Essas deformações são frequentes no topo e na base das paredes. A falta de coesão, generalizada nas construções em adobe manifesta-se pela pulverização dos componentes da terra à superfície e por vezes, quando outros factores ocorrem, uma desagregação acentuada do material. As situações mencionadas são muitas vezes irreversíveis quando as construções já se encontram num estado de ruína ou de degradação avançada.

Ao proceder-se à análise da arquitectura em adobe verifica-se de imediato que são raras as situações em que a degradação da construção foi devidamente corrigida ou minimizada. As situações, em que se mantém o bom estado de conservação ocorrem quando os procedimentos e os materiais tradicionais usados não se alteraram. O que significa que a habitação não conheceu alterações nem mesmo as de adaptação de compartimentos aos novos modos de vida.

Corrente e normal são as situações em que se verificam graves problemas após intervenções por:

- incompatibilidade química e física de materiais usados nas reparações;
- protecção excessiva com impermeabilização de rebocos exteriores, coberturas e vãos;
- reforço estrutural exagerado da construção.

Estas incorrectas reparações, que primam pelo exagero, ocorrem sobretudo pelo medo que as fragilidades das construções imprimem aos seus moradores. Por esse motivo os residentes recorrem à impermeabilização porque as construções apresentam quase sempre problemas de humidade e ao reforço da estrutura porque se julga a mesma ainda menos resistente aos sismos e a cargas do que realmente é. As construções em adobe são frequentemente subvalorizadas.

Por vezes, a análise dos problemas é correcto, como a detecção de humidade ou do aparecimento de fendas nas paredes, mas a correcção é quase sempre defeituosa, provocando na maioria das situações um agravamento da patologia.

Noutros casos o resultado final deriva da incapacidade total em reabilitar estas habitações. A qualidade do espaço interior das habitações em adobe, nem sempre entendido, permite uma adaptação do fogo, sem grande esforço, às solicitações actuais do habitat. No entanto são poucos os casos em que a introdução de instalações técnicas, não destruíram as paredes e a construção de uma instalação sanitária não inviabilizou uma série de espaços ou provocou novos danos.

Em face da realidade e do desaparecimento quase sistemático desta arquitectura no contexto português, sugere-se alguma reflexão sobre os problemas apontados anteriormente.

Analise-se em primeiro lugar os aspectos culturais, de desconhecimento e preconceito face a esta arquitectura. A estratégia neste campo tem sido, a implementação de investigação e estudos, a maioria monográficos, referentes ao património arquitectónico assim como ao comportamento das construções em adobe. Nesse âmbito o preconceito “casa de pobres para pobres” tem sido vagamente ultrapassado mas ultimamente substituído pela ideia de “casa do passado”. Este novo problema de algo que já não se constrói ou que já não existe deverá ser contrariada com exemplos de arquitectura contemporânea em adobe, para reforçar a ideia de casa resistente, não pobre e com futuro.



Fig.6 – Várias alterações e patologias em casas intervencionadas no bairro Alboim em Aveiro, (Créditos: Maria Fernandes, 2009)

No que se refere à substituição da arquitectura e aos problemas decorrentes do povoamento e urbanismo, sugere-se que a tendência “substituição” seja trocada por “reabilitação”. Neste caso e à semelhança do que já ocorreu noutras regiões, para habitações vernáculas em Portugal (3), a melhor estratégia será implementar e mostrar vários casos exemplares de reabilitação de casas em adobe. Na generalidade a população quando vê efectivamente que é possível reabilitar uma casa em termos actuais, imita e copia os exemplos apresentados.

Neste campo dos exemplos, cabe ainda uma segunda sugestão. Não se recuperam casas vernáculas numa determinada região sem a mão-de-obra qualificada para o efeito. Os casos referidos como modelares poderiam ainda ser utilizados para a formação profissional na região. Apesar deste ensino que deveria ser contínuo, prático e a vários níveis e que contemplasse desde projectistas, executores e promotores, carece ainda de outros complementos, tais como manuais de boas práticas e medidas legislativas. Os regulamentos e acções neste domínio legislativo deviam premiar os que optassem por reabilitar a casa em prol do destruir. Assim sendo, a implementação de taxas municipais favoráveis à reabilitação por oposição às de demolição e nova construção poderiam incentivar essa modalidade. Os municípios portugueses são muito sensíveis aos impostos municipais, dado o peso que representam actualmente na economia doméstica. Acções nesse campo ainda complementadas por incentivos governamentais de programas financeiros, que poderiam ser vocacionados para a reabilitação da arquitectura vernácula, seguramente fariam a diferença no panorama actual.

Em termos de estratégia nacional, seriam então necessários:

- incentivos fiscais;
- programas governamentais/municipais de financiamento para a reabilitação da arquitectura vernácula (4);
- manuais de reabilitação, práticos e acessíveis;
- cursos de formação.

Para os bairros de arquitectura popular a estratégia terá de ser distinta. Neste caso as modificações deverão passar por pequenos planos, que resolvam os problemas sem descaracterizar o conjunto. Por exemplo no mesmo bairro poderiam ser estudadas soluções de ampliação de volume uniformes, que viabilizassem a transformação dos fogos sem alterar o conjunto. Sugerem-se ainda regras claras dos limites das intervenções mencionando sobretudo soluções e não proibições. Como a maioria dos

bairros albergam população de baixos recursos económicos, seria de prever que os municípios estudem projectos-tipo, sem encargos, de forma a fornecer aos moradores quando pretendam modificar a sua habitação. Estes conjuntos não poderão ser encarados sem uma acção directa do governo (para o caso dos bairros do Estado) ou sem uma acção directa do município, para o caso dos bairros de arrendamento ou antigos empreendimentos de obra social privada. As modificações numa casa popular, existente num bairro desta natureza deve ser limitada, a arquitectura neste contexto não é infinita e não pode ser sujeita a demolição ou alterações que descaracterizem o edificado.

Em conservação as políticas a aplicar dependem do grau de urgência, da natureza das patologias do tipo de ameaças e do destino do edifício, por outro lado as decisões no que respeitam ao projecto de conservação, caracterizam-se por uma série de princípios fundamentais relacionados com as acções a aplicar. Um princípio elementar reside na intervenção mínima associada à reversibilidade da acção ou seja, o ideal será intervir na construção o mínimo possível de maneira a que qualquer intervenção possa ser eliminada ou que pelo menos seja possível regressar ao estado antes da intervenção (Warren, 2001, p.15). No caso dos bairros mencionados o que se verifica é justamente o oposto, acções irreversíveis, devido à profundidade e maximização das intervenções efectuadas.

No campo dos conceitos e da intervenção urbana, a reabilitação tem como objectivo principal a melhoria do território urbano, satisfazendo as necessidades básicas da população especialmente nas áreas degradadas ou em declínio. Dentro dos quatro princípios que fundamentam a reabilitação urbana: como garantir a conservação integrada do património cultural, garantir o acesso a uma habitação satisfatória, promover a coesão territorial e contribuir para o desenvolvimento das cidades (Paiva *et al*, 2006, p. 105-7), os bairros em adobe revestem-se ainda de características especiais relacionadas com a especificidade da sua construção, que devem ser atendidas nas acções de reabilitação a levar a cabo.

### **Bibliografia**

AA.VV (coord. Henrique de Barros) (1947). *Inquérito à habitação rural, vol. II*. Lisboa: Ed. Universidade Técnica de Lisboa.

AAP (1988). *Arquitectura Popular em Portugal, vol.I*. Lisboa: Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses.

Contreras, Francisco *et al*. (2006). *Adobe Conservation, a preservation handbook*. Santa Fé: Sunstone Press.

Fathy, Hassan (1996). *Construire avec le people*. Arles: Actes du Sud/Sindbad.

Galhano, Fernando; Oliveira, Ernesto Veiga de (1994). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Guillaud, Hubert; Houben, Hugo (1989). *Traité de Construction en Terre*. Marseille: Ed. Parenthèses.

Nourrisier, Gilles; Reguant, Juan, Casanovas, Xavier; Graz, Christophe (2002). *Architecture Traditionnelle Méditerranéenne*. Avignon: École D'Avignon.

Olivier, Paul (2003). *Dwellings, the vernacular house world wide*. London : Phaidon.

Paiva, José ; Aguiar, José ; Pinho, Ana (coord.) (2006). *Guia técnico de reabilitação Habitacional, vol. I*. Lisboa : IHRU/LNEC.

Prieto, Berenice A. (2008). *Construir con adobe, fundamentos, reparación de daños y diseño contemporáneo*. México : Trillas.

Warren John (2001). Forma, significado y propuesta: objetivos éticos y estéticos en la conservación de la arquitectura de tierra. *Loggia, nº 12, Año IV, revista cuatrimestral especializada en conservación y restauración del patrimonio arquitectónico*. Valencia : Universidad Politécnica de Valencia.

### Notas

Este artigo foi desenvolvido com o apoio do CEAUCP, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto.

(1) Architecture Traditionnelle Méditerranéenne, C.O.R.P.U.S (COstruction, Réhabilitation, Patrimoine, Usage). Programa Europeu, euro mediterrâneo, no âmbito do Euromed Heritage, Meda, que decorreu entre 1998 e 2003 e no qual participaram quinze países do Mediterrâneo. Toda a informação relativa a este programa encontra-se disponível em [www.meda-corpus.net](http://www.meda-corpus.net).

(2) Modernamente, *Genius Loci* tornou-se uma expressão adoptada pela teoria da arquitetura para definir uma abordagem fenomenológica do ambiente e da interacção entre lugar e identidade, tal como propõe Christian Norberg-Schulz em "*Genius loci. Towards a phenomenology of architecture*". Londres, Academy Editions, 1980".

(3) Refiro a "casa saloia" na zona de Sintra e ao fenómeno de manutenção e reabilitação deste tipo arquitectónico, após a compra e reabilitação de alguns exemplares por técnicos oriundos das grandes cidades. As boas práticas e os bons exemplos aplicados levaram os habitantes a reabilitar as casas saloias, contrariando a tendência de destruição e substituição que se verificavam na região.

(4) Os programas mencionados poderiam à semelhança dos que foram implementados para os centros históricos, como o RECRIA e outros programas municipais como auxílio nas situações economicamente mais débeis, caso dos inquilinos ou dos proprietários de baixos recursos.

### Curriculum

Maria Fernandes, Arquitecta (FA/UTL, 1986), ARC 91 (ICCROM), PAT 92 (CRATerre/ICCROM), PAT 96 (ICCROM/CRATerre/INCPPeru/GCI), Mestre em recuperação do património arquitectónico e paisagístico (U. Évora, 1998), Doutoranda em arquitectura (FCT/U. Coimbra, desde 2006).